

Literatura e crítica literária

Sendo um periódico publicado por uma editora de livros, a *Revista Civilização Brasileira*, naturalmente, dava muito espaço em suas páginas a matérias e artigos relacionados a literatura. Sem dúvida, isso se alinhava com o propósito geral do periódico, já tantas vezes comentado neste trabalho. Comentar, analisar e criticar a produção literária era uma forma de estimular o pensamento “vivo e atuante”, contribuindo para uma reestruturação das condições sociais e econômicas brasileiras, na luta por liberdade e justiça. Se um dos princípios norteadores da RCB era dar espaço àquilo que “de uma ou de outra maneira se insira no processo da revolução brasileira” (RCB, n.1, p.4), a literatura não podia ser deixada de lado.

Além disso, outro princípio básico da RCB manifestou-se também vivamente nas páginas dedicadas à literatura: a abertura para a produção intelectual estrangeira, sem se deixar tolher por um “nacionalismo sentimentalóide e estreito”. (*Id., ibid*) Assim é que tantas traduções, e mesmo obras ainda não publicadas no Brasil, são comentadas e avaliadas, como se verá adiante.

Todos os números da *Revista* trazem uma seção intitulada “Literatura” – até o número 11-12, quando a divisão em seções deixa de existir. Ainda assim, essa área de interesse continua sempre presente, não havendo um número sequer da RCB que não a explorasse. Pela quantidade e variedade de artigos, matérias e resenhas literárias publicados, bem como pelo número de poemas incluídos, será impossível comentar cada um deles separadamente. O que se fará aqui será apenas uma análise das linhas gerais que orientavam e davam o tom desses textos. Com isso, se poderá compreender a ideologia que os informava e a opção editorial por trás deles.

Como ficará claro pela exposição a seguir, muitos dos livros resenhados ou analisados na RCB não eram obras ficcionais, tratando-se sim de ensaios e outras produções teóricas das áreas de ciências sociais, história, economia e política. Nelson Werneck Sodré, responsável pela seção literária da *Revista*, comenta essa característica, sugerindo razões para tal. E, com aguda ironia, ressalta ainda o fato

de que a produção específica sobre a situação política brasileira partia majoritariamente daqueles contra o Golpe, ou seja, de intelectuais de esquerda:

“Persiste, e por boas e sólidas razões, o interesse pelo livro político, e particularmente tudo o que se prende à situação atual do país, aquela que derivou do golpe de abril. Apareceram alguns depoimentos interessantes, entre os quais, infelizmente, não é ainda possível situar aquele que deveria estar sendo preparado para constituir a versão oficial, uma espécie de ‘livro branco’; anunciado, não veio à luz. Que razões motivam esse atraso, não se sabe. Isso cria a aparente singularidade de ficarem as forças dominantes indefesas; e diante de livros que a criticam e que aparecem em impressionante sucessão. Será assim tão extrema a carência de autores, do outro lado, ou será mesmo carência de razões?”

5.1.

Panoramas de 1964: estabelecendo princípios

Para iniciar a análise do tipo de abordagem da produção literária levada a cabo pela RCB, é necessária uma leitura atenta dos dois artigos sobre o tema publicado em seu número inaugural. Nesse primeiro volume, um artigo de Nelson Werneck Sodré intitulado “Prosa brasileira em 1964: balanço literário” dá algumas pistas das diretrizes que serão adotadas. Sodré começa o artigo explicando a opção por inaugurar a seção literária da *Revista* com um balanço do ano anterior. Apontando as desvantagens desse modo exposição, procura diferenciar seu texto dos outros balanços “que vêm aparecendo” (e cuja maior precariedade, segundo ele, “está na ausência de perspectivas, no sentido de que confundem, na massa informativa, as proporções, juntando o ruim, o razoável e o excelente no mesmo plano”). Sodré reconhece as dificuldades inerentes à atividade de “ajuizar”, mas enfatiza a maturidade que a literatura brasileira já alcançou e que a permite distanciar-se do “provincianismo literário que se caracteriza, particularmente, pelo destaque imerecido a pessoas da simpatia de quem escreve, e omissão propositada das que não estão nessa graça”. (RCB, n.1, p.146) Com isso, a *Revista* firma novamente seu compromisso com o não-sectarismo, princípio já expresso em seu editorial de abertura, reforçando a opção pela liberdade de pensamento e pela recusa de *parti pris* de qualquer espécie.

Por que, então, optar por um balanço da produção literária de 1964, dadas as dificuldades que a forma “balanço” apresenta? A justificativa de Sodré é que isso permite “de maneira ampla, estabelecer as conexões necessárias com o que se vinha fazendo”. E mais: permitia também avaliar o impacto do Golpe de abril na produção literária nacional. Isso fica bem claro na página seguinte, quando se desenha um breve panorama da atividade intelectual no ano que acabara:

“Cabe dizer, por fim, o óbvio: 1964 foi um ano perturbado e a literatura brasileira sofreu, como todas as atividades, as conseqüências do golpe que interrompeu a vigência da normalidade democrática em nosso país. Escritores e editores foram presos, submetidos a curiosos e caracterizados IPMs; outros emigraram; terceiros estão foragidos, não se sabe deles. É claro que livros foram queimados em praça pública, e livrarias, comerciais e particulares, foram invadidas, vasculhadas e depredadas. (...) Foi um ano negro, não apenas para a literatura, mas para a cultura brasileira. A safra teria de ressentir-se disso, e assim aconteceu, realmente. Não foi das mais ricas, por isso mesmo, nem em quantidade nem em qualidade. O processo de desenvolvimento da criação artística, em nosso país, que vinha em aceleração, sofreu, este ano, sérias perturbações. (...) É preciso acrescentar, finalmente, que os intelectuais brasileiros souberam enfrentar bem a contingência: as surpresas negativas foram poucas, muito raras mesmo, e de importância reduzida; as positivas foram muitas, e confortadoras; gente que não tinha posição, ou pouco se importava em frisá-la, destacou-se, participou, acordou.” (*Id.*, p.147)

É interessante o julgamento que o autor faz sobre a reação dos intelectuais ao Golpe; esse é um assunto controverso que, como se viu no capítulo anterior, mereceu bastante espaço na *Revista*.

Sodré passa em seguida a comentar as traduções publicadas em 1964, e destaca que nunca se traduziu tanto em nosso país. Segundo ele, as traduções não só apresentam excelente qualidade como também abarcam um amplo horizonte de obras. Dentre outros, menciona William Faulkner e F. Scott Fitzgerald como autores que se tornaram disponíveis ao público brasileiro. No entanto, diz Sodré, em 1964 interrompeu-se o movimento que vinha colocando à disposição do público bons poetas e dramaturgos ingleses, franceses e alemães. Por outro lado, e confirmando o que já se disse acima, o ensaio – e especialmente o ensaio político – ganhou maior espaço. Sodré destaca, nesse campo, a atuação das editoras Zahar e Civilização Brasileira, que combinaram qualidade e pertinência de conteúdo com sucesso de público.

Quanto à ficção – que para Sodré é o gênero “que indica a maturidade de uma literatura” (*Id.*, p.150), associando e vinculando autores e leitores –, é abordada em um apanhado que junta conto, romance e novela. Nos contos, Sodré destaca dois autores: Clarice Lispector, com *A legião estrangeira*, e Dalton Trevisan, com diversos livros, dentre os quais *Cemitério de elefantes* e *O vampiro de Curitiba*. A análise de cada um desses autores é muito breve, e segue uma linha mais da impressão pessoal que da crítica literária atrelada a alguma escola ou corrente teórica. O mesmo acontece em relação aos romances e novelas: destacam-se José Cândido de Carvalho, com *O coronel e o lobisomem* (amplamente louvado como “não apenas ... um grande romance de determinado ano, mas ... um dos acontecimentos da ficção brasileira moderna”, por saber “fundir as experiências de linguagem com o todo da ficção” – *Id.*, p.151); Carlos Heitor Cony, com *Antes, o verão* (no qual o autor “revela acentuado amadurecimento em sua arte ficcionista” – *Id.*, *ibid*); e Clarice Lispector, com *A paixão segundo G.H.* (embora Sodré hesite em afirmar, como a autora, tratar-se de um romance). Outras obras são comentadas com menos destaque, merecendo apenas uma ou duas linhas cada. Segundo Sodré, o ano foi muito pobre para a ficção.

O balanço volta então a tratar dos ensaios, agora brasileiros, e apenas aponta, sem desenvolver, um questionamento sobre as especificidades desse gênero e os limites de sua inserção no campo da literatura. O fato é que o espaço para esse gênero no mercado encontrava-se então bastante ampliado, o que o faz merecedor de quatro páginas de comentários – bem mais do que o espaço dedicado a traduções e a ficção. São mencionados diversos livros e autores, muitos dos quais voltados para “temas palpitantes da fase atual”: Francisco Mangabeira e a questão do petróleo, Antônio Callado com *Tempo de Arraes*, Hélio Silva e seu *Sangue na areia de Copacabana*, Osny Duarte Pereira e sua contribuição à coleção “Cadernos do povo brasileiro”, intitulada *Que é Constituição?*... Depois de contemplar ensaios biográficos e históricos, Sodré comenta alguns ensaios de natureza literária: de Guilherme Figueiredo, *As excelências ou Como entrar para a Academia*, “um retrato bastante fiel da vida literária brasileira” (*Id.*, p.155); *A luta literária*, do “talentoso Fausto Cunha”; *O romance, teoria e crítica*, de Adolfo Casais Monteiro; *O relógio e o quadrante*, de Álvaro Lins; e, de Clóvis Moura, *Introdução ao pensamento de Euclides da*

Cunha. Há outros livros comentados, e essa breve listagem tem por objetivo apenas ilustrar a seleção feita por Sodré.

Sob o abrangente subtítulo “Outros gêneros”, Sodré comenta a fraca publicação de peças de teatro em livro, as poucas obras de caráter memorialístico, e as “indefectíveis antologias” que, “valendo-se do interesse do público, aparecem aos montes (...) com a queda de qualidade inevitável” (*Id.*, p.157). Por fim, em uma última subdivisão intitulada “Crônica política”, Sodré comenta a expansão desse gênero dadas as circunstâncias vividas no país. Nesse campo, os autores que mais se destacaram foram Alceu Amoroso Lima e Carlos Heitor Cony. O primeiro, cujas críticas publicadas na imprensa diária vinham de muito tempo e prosseguiram depois de abril, reuniu-as no volume *Revolução, reação ou reforma*, que Sodré caracteriza como “um dos livros de maior importância entre os que se ocupam da política brasileira atual, escrito com muita clareza, da parte de um homem de posição definida, inequívoca, enraizada em bases filosóficas, um acontecimento, em suma, e um dos sintomas mais eloqüentes dos tempos que estamos vivendo” (*Id.*, p.159). Quanto a Cony, “habitualmente avesso à política, pelo menos no sentido vulgar”, tornou-se “um dos mais destacados cronistas políticos do país” (*Id.*, *ibid*). Seu livro *O ato e o fato* teve enorme sucesso de público e despertou “iras desenfreadas” em função da coragem e da lucidez com que o autor expõe os aspectos mais variados – e cruéis – do Golpe. Sodré menciona ainda como relevantes a publicação de *Hay gobierno?*, em que os chargistas Jaguar, Claudius e Fortuna reuniram suas bem-humoradas críticas à “abrilada”, e *1º de abril, estórias para a história*, em que Mário Lago recolhe episódios das primeiras prisões políticas efetuadas após o Golpe.

No parágrafo de conclusão, Sodré desculpa-se por eventuais omissões e reconhece que, apesar de seu esforço, certamente há deficiências. Menos uma: “não colocamos melhor o livro do compadre, por ser do compadre”. As linhas finais revelam um tom melancólico e pungente: “Fizemos pouco ou fizemos muito, em 1964. Fizemos o que era possível.” (*Id.*, p.160)

Nesse mesmo número 1 da *Revista*, segue-se ao artigo de Sodré outro longo panorama, intitulado “Poesia brasileira, 1964” e assinado por M. Cavalcanti Proença. Na conversa preliminar com que Proença inicia seu texto, uma discussão fundamental para a poesia da época – e, em especial, para o modo como esta se configurará nas páginas da RCB, em todos os seus volumes – é delineada: a

questão do engajamento político. Citando Sartre, Proença diferencia o engajamento, que significa “estar em situação com a sua época”, do populismo, que, segundo o pensador francês, descende dos “últimos realistas, e [é] ainda uma tentativa de tirar o corpo fora”. Proença endossa a opinião de Sartre de que não é mais possível tirar o corpo fora, e de que a alienação é em si uma tomada de posição. Ressaltando que esse tipo de engajamento (a que chama de “engajamento filosófico”) “confere ao artista a liberdade de escolher o destino que deseja para si e para todos os homens” e que nada tem a ver com um engajamento partidário ou de interesse material (estes sim limitadores e empobrecedores, pois forçam o artista a abrir mão de sua liberdade criadora), Proença faz uma crítica bastante dura:

“[A] busca de uma liberdade de criação artística, levada ao extremo do desligamento do mundo externo, resulta em outro engajamento, o da evasão, de alheamento, de erradicação, tudo isso levando artistas de importância e, às vezes, com um belo passado, a encaixar a máscara do tédio, para que não lhes possamos ver as rugas do ressentimento ou as contraturas do medo. (...) Em latim, para máscara, e para títere, se diz: *larva*.” (*Id.*, p.161-2)

Assim como Nelson Werneck Sodré, Proença se propõe a abordar em seu artigo apenas as obras publicadas no ano de 1964. Tendo esse conjunto em mente, ressalta a herança modernista como traço comum, e a liberdade de expressão estética como conquista inalienável. Comenta a inexistência de escolas ou conjuntos de princípios coletivos, constatando a manifestação de artistas individuais e de grande diversidade formal e temática. “O próprio concretismo torna aparentados os seus adeptos apenas pelo aspecto gráfico, e não pela convergência temática.” (*Id.*, p.162)

Apesar dessa diversidade, porém, Proença identifica uma tendência de aproximação dos poetas em torno de um sentimento de nacionalidade, de um novo idealismo “que tornará superados os que ainda se deixarem ficar rochapiteando, a cantar o céu azul e as nuvens mais brancas”, bem como os que, “à falta de Portugal”, procurarem outras metrópoles para incensar (*Id.*, p.163). Explicitando sua visão política, Proença diz sobre essa última postura: “Como a poesia não se dissocia da vida, este sentimento de um mínimo de poetas é máximo nos atuais detentores da situação política no Brasil, cuja revolução é retrovolução.” (*Id.*, *ibid*) Mas a maioria dos poetas não partilha essa visão, e encontra-se apenas no traço

comum do engajamento que se manifesta em inconformismo, e assim Proença destaca, por exemplo, Cassiano Ricardo, que dentre os modernistas ainda em atividade é o que mais tem buscado a renovação constante e as novas formas de se expressar, o grupo da revista *Práxis* e seus avanços teóricos, a releitura de Sousândrade feita pelos irmãos Campos e o tom polêmico encontrado na reedição de Oswald de Andrade. Dentre as novidades, Proença se detém sobre *Proclamação do barro*, de Fernando Mendes Viana, *Estação Central*, de Ledo Ivo, *Cantigas de acordar mulher*, de Geir Campos, além de Luiz Paiva de Castro, Moacyr Felix, Mauro Mota e alguns outros, sempre citando muitos versos e dando brevíssimas impressões pessoais sobre a qualidade da poesia. Analisa ainda a produção do Grupo Ptyx, “todos muito jovens, buscando, em principal, a originalidade. E, porque essa busca é milenária, recaímos no uso indiscriminado de minúsculas, nos jogos de palavras, nos trocadilhos, nas erudições acotovelando populismos” (*Id.*, p.169).

Mais do que considerar aqui a opinião de Proença a respeito de cada uma das obras e artistas mencionados, o que interessa é perceber a visão de poesia que informa sua crítica, os elementos que ele valoriza. Sem dúvida, o maior deles é a preocupação com o mundo, o “engajamento filosófico”, seguido de perto pela experimentação e pelo apuro formal. Os últimos, porém, são considerados vazios sem o primeiro. Como se verá mais adiante, toda a produção poética publicada nas páginas da RCB orienta-se mais por este do que por aqueles, ainda que explorando as liberdades formais já conquistadas.

5.2.

O momento literário

Voltemos, porém, a Nelson Werneck Sodré. No número 2 da RCB, em artigo intitulado “Notas de crítica” – equivalente ao que, a partir do número seguinte, se chamará “O momento literário” –, Sodré apresenta a proposta que orienta a seção literária, sob sua responsabilidade. De certa forma, está também apresentando, mais uma vez, as características que marcam a *Revista*:

“Dentro do critério de discutir a forma de fazer esta revista, e cada uma de suas seções, chegamos a algumas decisões provisórias, mas restam ainda muitas questões abertas. De sorte que a fisionomia da seção literária permanecerá ainda fluida por algum tempo, talvez sempre, e isso poderá ser um bem. Há consenso em alguns pontos, embora tudo seja permanentemente debatido: é preciso fazer crítica dos livros editados recentemente, e não apenas a resenha informativa; é preciso acompanhar a atividade literária em seu desenvolvimento e, por isso, as formas definitivas são postas de lado; é preciso insistir na variedade, muito mais do que na uniformidade. De sorte que a seção será algo novo, mas ainda não definido – uma consequência de seu processo. A cada número, pois, corresponderão alterações”. (RCB, n.2, p.155)

Com esse caráter aberto e mutável, condizente com os princípios norteadores do periódico, a seção realmente passou por inúmeras modificações. Foi publicada em quase todos os números da *Revista*, com poucas exceções – nos números 11-12 e 13, a seção não foi publicada, sem qualquer explicação. Quando a seção é retomada, no número 14, Sodré inicia com uma breve menção ao tempo afastado: “Por motivos que não vem ao caso mencionar, andei ausente desta seção.” (RCB, n.14, p.171) Na verdade, ele “andou ausente” da *Revista* como um todo, e não apenas da seção literária: sempre tão presente e ativo colaborador, Sodré não teve qualquer outro artigo publicado nesses dois números.

No número 2, em que aparece pela primeira vez como tal, a seção divide-se em quatro partes: *livros políticos*, onde novamente têm destaque as obras sobre a situação do país após o Golpe; *ensaios*, em que se destaca o peso das traduções e das reedições, mais do que de lançamentos; *ficção*, onde sobressaem as traduções de *Dublinenses*, de Joyce, de peças de Aristófanes e de uma nova edição de contos de Hemingway, além de, no campo da produção nacional, a peça *O berço do herói*, de Dias Gomes, e a coletânea de contos *Os dez mandamentos*; e, por fim, sob o subtítulo de *revistas*, comentam-se alguns periódicos, mas sobretudo faz-se uma análise do importante papel a ser desempenhado pelas revistas culturais no Brasil. (*Id.*, pp.155-169)

No número 3, nova ressalva sobre o formato ainda não definitivo da seção:

“Diz o ditado que o homem põe e Deus dispõe, pretendendo frizar [*sic*] que as coisas acontecem de forma muito diferente do que o homem planeja. Isso tem acontecido com esta revista e, particularmente, com a sua seção literária. Claro que temos planejado muito, pensado em iniciativas interessantes, armado algumas, iniciado outras. E a realidade nos tem

colocado, intransigentemente, na situação de executar sempre o imprevisto, o tópico, o que o instante exige, pondo de parte tudo aquilo que ficou antes pensado, planejado ou esboçado. (...) As boas iniciativas em que pensamos, entretanto, ficam transferidas, mas não esquecidas. (...) No fundamental – fazer uma seção literária séria, isenta de injunções, movimentada, crítica – continuamos, e nem poderia deixar de ser assim, fiéis aos planos estabelecidos. Na forma, surgiram variações. (...) A fisionomia definitiva desta seção, pois, – tanto quanto o possa ser algum dia – está longe de ter sido atingida.” (RCB, n.3, p.111)

Sodré dedica-se então principalmente a comentar os últimos abusos de poder e atos de violência do Governo. Os títulos das partes em que o texto se divide, se comparados aos do número anterior, mostrarão bem o caráter dos fatos que impuseram mudanças contingenciais à seção: *universidade* (sobre as torturas e o terror nas universidades brasileiras), *tortura de estudantes*, *apreensão de livros e terror em Portugal*. É como se os acontecimentos recentes não deixassem espaço para a literatura, e o crítico fosse forçado a afastar os olhos dos livros para encarar a realidade. Só no fim da seção é que Sodré dedica alguns parágrafos aos últimos lançamentos, iniciando a análise com uma frase cheia de sarcasmo e muito significativa: “Pois é: ainda se edita no Brasil, e ainda se escreve”. (RCB, n.3, p.115)

No número 4, Sodré, com notável modéstia, expõe as críticas que sofreu de seus colegas no Conselho de Redação: parecia haver um desejo geral de que a seção se ocupasse menos dos lançamentos recentes, o que resultava em uma espécie de extensa lista de resenhas, e passasse a fazer análises mais profundas de autores e obras individuais. Outra idéia era que a seção se dedicasse a uma “desmistificação literária”, “reduzindo às devidas proporções os falsos valores que ocupam a área das letras brasileiras, e não só das letras”. (RCB, n.4, p.175) Sodré reconhece a procedência dessas críticas, mas justifica a predominância de textos que fazem apenas resenha de livros afirmando: “(...) a resenha, mais informativa do que crítica, pretendia atender à parte do público (...) que, por viver em outros centros que não Rio e São Paulo, precisam *[sic]* ser informados a respeito do movimento editorial. Note-se que as resenhas, aqui, não são simples arrolamentos, mas têm pretendido, dentro de seus limites, exercer seleção, discriminar valores, destacar o importante”. (*Id.*, p.176) Sodré ainda ressalta que, a partir daquele volume, certas mudanças seriam introduzidas, como por exemplo a inclusão de um ensaio crítico de Carlos Nelson Coutinho que demonstraria a maior qualidade

e profundidade de análise pretendidas. Tal ensaio, no entanto, só é publicado no número seguinte, sendo intitulado “Uma análise estrutural dos romances de Graciliano Ramos” (comentado com mais detalhes adiante).

De fato, a seção continuou a seguir, de modo geral, essa linha de resenhas, apresentando obras selecionadas de diversos gêneros, sempre precedidas por um comentário mais amplo sobre a situação da literatura no quadro político e social específico que se vivia então, uma espécie de balanço da produção literária em tempos de terror e obscurantismo. Muitas vezes, a literatura era deixada de lado para se comentarem os últimos abusos policiais ou os últimos desmandos da política.

Mais interessante e útil do que fazer um extenso levantamento das obras e dos autores resenhados por Sodré é reproduzir alguns desses trechos em que a ironia fina e a penetrante inteligência do crítico se voltavam para a situação do país como um todo, revelando o contexto em que a literatura do período estava inserida e propiciando uma visão muito mais abrangente de suas características. Certamente, eles dizem mais sobre a produção literária da época do que uma ou outra frase isolada sobre determinado lançamento.

Assim, por exemplo, no número 5-6, de março de 1966, Sodré comenta a tentativa de impor a mediocridade como norma, inclusive pelo controle dos meios de divulgação: “chega a ser grotesco o esforço em impingir criaturas omissas como geniais, em glorificar a mediocridade e, por tais processos, indicar um caminho, o da passividade, o do conformismo, o da neutralidade artística, o da omissão diante dos problemas”. (RCB, n.5-6, p.101)

No número seguinte, há uma nova menção à mediocridade reinante, ao conformismo premiado. No entanto, a situação negativa que o país enfrenta – e seus inevitáveis reflexos na área literária e cultural – é encarada de forma um pouco mais otimista. O trecho abre a seção publicada em maio de 1966 e chama a atenção para a efervescência cultural que, paradoxalmente, dominou as décadas de 60 e 70, apesar da repressão imposta pelo governo militar:

“O momento literário brasileiro, condicionado, como não podia deixar de ser, ao conjunto nacional, apresenta-se refletindo diretamente as conseqüências do que vem ocorrendo no País. Observadores superficiais, que se sensibilizam diante dos fatos correntes, e são incapazes de tirar deles as conclusões mais profundas, verificam apenas, e com natural pessimismo,

o lado negativo, o esforço do obscurantismo para impedir o desenvolvimento da cultura nacional. Esse esforço, operado por meios cirúrgicos e brutais, de início, e concretizado em inquéritos, cassações, demissões de mestres, exílio de intelectuais, prisões, apreensões de livros, etc., toma, a partir do ano em curso, forma organizada, pela valorização sistemática da mediocridade, pela glorificação do conformismo, pela premiação dos passivos ou dos renegados ou dos corrompidos. Mas este é um dos lados do problema, e não é o único. Seria cego aquele que não observasse, também, o extraordinário esforço da cultura nacional para sobreviver, a unidade hoje existente entre os intelectuais em defesa das liberdades e, especificamente, a criação, com trabalhos de mérito, no teatro, no cinema, na ficção, no ensaio, nas ciências. Ao lado disso, a vigorosa luta estudantil, marcada por episódios diários, a que é indispensável conceder toda atenção e que revela a pujança das gerações mais jovens e sua inconformação com a estupidez erigida em norma cultural. A realidade sempre se compõe dos dois aspectos; ver um deles, apenas, é ver mal e parcialmente.” (RCB, n.7, pp.159-60)

Pouco adiante, Sodré segue na mesma linha ao iniciar um pequeno balanço da produção literária do ano anterior comentando novamente: “Não se opera o retorno à idade da pedra apenas pelo uso de instrumentos físicos de coação. Há um nível que, quando atingido pela cultura, não admite retorno.” E ainda: “O *travesti* cultural, embora revestido de autoridade formal, desperta apenas o riso.” (*Id.*, p.160)

É interessante comentar duas idéias que aí aparecem e que são recorrentes nos textos de Nelson Werneck Sodré para a seção de literatura da RCB: a de que a cultura é de fato um meio eficiente e poderoso de resistência à brutalidade e à estupidez impostas pelo regime ditatorial e a de que os pseudo-intelectuais, elevados à categoria de mestres não pelo valor de sua obra, mas pelo conformismo e pelo alinhamento em relação à ordem vigente, não passam de “renegados” que o tempo e a história saberão reduzir a seu lugar de mediocridade e irrelevância no plano cultural nacional. Veja-se, por exemplo, o contraste exposto no número 9-10 entre a dificuldade de divulgação “que entorpece o movimento literário brasileiro” e

“os falsos valores que continuam impunes, alardeando o que não possuem, gozando dos favores da publicidade organizada, (...) escribas capazes de provar que o branco é preto, fazendo reportagens para revistas caras, coloridas e de circulação garantida, apregoando qualidades de outros, que apregoam as suas, e todos entoando o coro de louvações à mediocridade, porque assim é preciso: que seria deles se não fosse a mediocridade? Esses escritores “apolíticos”, capazes de louvar qualquer coisa, têm boa imprensa,

e recebem louvações pelo comportamento manso (...). O mais, é lama que as enxurradas hão de carregar, com seus títulos, suas medalhinhas, seus livrinhos, suas revistinhas, e tudo que por aí anda, a fingir de cultura (...).” (RCB, n.9-10, pp.114-5)

Fica evidente que a oposição aí explicitada é não apenas entre “engajados” e “alienados”; vai além, envolvendo intelectuais sérios, “que têm algo a dizer e não encontram lugar e oportunidade”, em contraste com os “corrompidos”, “renegados”, “vendidos”.

Em julho de 1966, no número 8 da *Revista*, Sodré mantém o otimismo:

“Apesar dos esforços para colocar o livro fora da lei e do escasso poder aquisitivo de nossa gente, o movimento editorial persiste, teimosamente, em fornecer a teimosas criaturas que procuram enriquecer os seus conhecimentos número crescente de obras importantes.” (RCB, n.8, p.147)

Em seguida, ressalta que nunca houve no país tanto desejo de conhecer e discutir novas idéias, o que leva os editores a publicarem não apenas o que terá garantia de vendas como também obras importantes que contribuam qualitativamente para o clima de debate reinante e para a liberdade ao menos no plano intelectual.

Já alguns meses depois, o crítico parece abalado, desanimado pela dificuldade que envolve a produção literária brasileira. Ele então “compreende o drama terrível dessa dificuldade de divulgação que abafa revelações, que oculta talentos, que impede a renovação de valores”. (RCB, n.9-10, p.114) E aponta os problemas enfrentados pelas editoras: “O mercado editorial denuncia os efeitos desastrosos da política econômica e financeira: livros caros, vendendo pouco, as editoras não subsidiadas em dificuldades, autores que não conseguem ser publicados.” (*Id.*, p.115)

O tom otimista de Sodré parece definitivamente deixado pra trás em setembro de 1967, mais de um ano depois de ele ter insistido em que a realidade é composta de dois lados, e que ver apenas um deles é ver mal e parcialmente. Agora, os pontos positivos que antes destacara parecem ter se esmaecido:

“Depois da fase inicial de unidade, que sucedeu à implantação da ditadura, os intelectuais – que resistiram bem naquela fase – dispersaram-se e permitiram que fosse colocado em primeiro plano o que os divide e não o

que os une. (...) É lamentável verificar (...) que, no campo dos intelectuais, a luta seja desenvolvida entre partidários das diversas tendências, e não contra a ditadura.” (RCB, n.15, p.214)

É importante retomar as críticas feitas pelo Conselho de Redação da RCB à organização da seção literária a cargo de Sodré. Conforme já ficava bastante claro no número 4, de setembro de 1965, o Conselho desejava que a seção fosse mais crítica, fazendo análises mais profundas de determinadas obras, em vez de meramente informativa. Sodré argumentava então que a informação se fazia extremamente necessária naquele momento, em que a circulação das novidades no meio cultural e literário era muito restrita. A mesma crítica se repete em julho de 1967, no número 14. Dessa vez, ainda que fazendo a mesma objeção e ressaltando que a informação que a seção literária até ali vinha fornecendo era não meramente quantitativa, como a que por vezes se fazia disponível em outros veículos, mas sim qualitativa, agregando à seleção de título e autores um sério juízo de valor, Sodré cede. A partir desse número, além de um balanço mais amplo dos últimos lançamentos, a seção passa a ter uma parte intitulada “Nota crítica”, que se ocupa em maior profundidade de apenas um ou dois títulos.

De fato, a seção permaneceu com esse formato nos números seguintes, com algumas poucas variações circunstanciais. Chama atenção a preocupação de sempre dedicar espaço a livros de ficção e de não-ficção, estrangeiros e nacionais, bem como a revistas e outros periódicos. Era uma maneira de abarcar o conjunto da produção literária do período, uma vez ser impossível comentá-la em sua totalidade. Manteve-se sempre também a opção por abrir a seção com um comentário geral sobre a situação do país, indo além dos limites estritos do meio literário. Fica evidente a compreensão dos diferentes meios como inter-relacionados: não se pode falar de literatura sem se considerar a política, a economia, a educação, os movimentos sociais. Esse espaço de abertura era utilizado por Sodré para comentar e denunciar os abusos do poder ditatorial, fazendo questão de relatar os últimos desmandos, a hipocrisia, a crueldade, a violência.

No último número da *Revista*, Sodré faz uma observação em que prevê que os tempos hão de mudar. Denuncia o endurecimento do regime e a escalada da violência, mas, com o habitual otimismo, deixa espaço para a possibilidade – remota – de que haja uma mudança para melhor:

“Um dos problemas de quem escreve em revista de periodicidade larga, como esta, consiste na desatualidade permanente de seus pronunciamentos, decorrente do fluxo natural do tempo, de um lado, e do ritmo velocíssimo com que os processos se desenvolvem, em nossa época. Não é possível prever, pois, qual o clima em que viveremos quando estas linhas estiverem sendo lidas (...). Escrevo em outubro, serei lido provavelmente em dezembro, e talvez em dezembro a fase histórica seja outra, quem sabe? O que é possível assegurar, sem sombra de dúvida, (...) é que vivemos uma fase muito difícil, em nosso País, agora, quando a violência foi erigida em sistema e parece não encontrar limitações. Estamos, realmente, sendo apresentados a alguma coisa que não conhecíamos (...), alguma coisa de radicalmente novo: o terrorismo político. (...) Presumíamos que a nossa provação seria profunda e, provavelmente, longa; não poderíamos presumir que, tão depressa, assumisse as formas que vai assumindo. Não sabemos o que estará marcando o quadro em dezembro, e resta-nos a esperança e a confiança de que, em qualquer dezembro, na perspectiva, viveremos tempos melhores.” (RCB, n.21-22, pp.195-6)

Como se sabe, passariam-se ainda muitos dezembros antes que a situação melhorasse. *Naquele* dezembro específico foi promulgado o AI-5, e de fato a fase histórica passou a ser outra, ainda mais dura. A *Revista*, como muitos outros veículos, sentiu o golpe na pele; não pôde continuar a ser publicada.

5.3.

Artigos e ensaios

A seção literária assinada por Sodré, porém, não era a única forma de se abordar a literatura na *Revista*. Possivelmente para atender ao desejo do Conselho de Redação de ver realizada uma crítica mais profunda e uma abordagem mais detalhada de algumas obras importantes, publicavam-se também inúmeros artigos sobre os mais variados temas – e com as mais diferentes visões – do mundo literário. Evidentemente, será impossível comentar todos eles aqui.

Vale começar com um ensaio que Nelson Werneck Sodré menciona em sua seção, e que claramente responde ao desejo do Conselho. Trata-se de “Uma análise estrutural dos romances de Graciliano Ramos”, de Carlos Nelson Coutinho. É muito relevante que, mais do que o objeto de análise (a obra de Graciliano Ramos), seja o método empregado para fazer tal análise o que torna o

ensaio de Coutinho merecedor de tanto destaque na *Revista*. De fato, o método é explicitado já no título do texto: a proposta é fazer uma “descrição das estruturas significativas inerentes à sua obra e a relação entre estas estruturas e a realidade social brasileira”. (RCB, n.5-6, p.107) Coutinho segue o materialismo dialético que norteia as obras de Georg Lukács e Lucien Goldmann, fazendo uma crítica marxista-estruturalista. Quer, portanto, não apenas compreender a obra de Graciliano em seu significado interno mas também explicitar a estrutura mais ampla em que ela se insere – e da qual ela é “ao mesmo tempo, um produto e um fator estruturante”. (*Id.*, p.108) Antes de iniciar a análise, Coutinho faz questão de afirmar o caráter hipotético de seu ensaio – que deriva, segundo ele mesmo diz, não da modéstia do autor, mas da adoção da dialética como princípio metodológico, o que faz com que o estudo só possa ter suas afirmações comprovadas à luz de uma leitura mais ampla, posterior, que o insira na perspectiva da relação entre o todo e as partes que o compõem. Em nota, Coutinho ainda afirma a igualdade, a seus olhos, entre marxismo e estruturalismo genético. O ensaio procede então a uma longa análise da obra de Graciliano, em que sobressai a preocupação de vê-la inserida no contexto da realidade brasileira.

É significativo que o primeiro artigo publicado na RCB a empreender uma crítica literária de fôlego, extensa e profunda, tenha optado pelo método estruturalista e por essa abordagem marxista. Outros estruturalistas foram publicados em números posteriores, como Lucien Goldmann, com o artigo “Materialismo dialético e história da literatura” (RCB, n.11-12, pp.108- 125), com tradução do próprio Carlos Nelson Coutinho. Nesse ensaio, escrito em 1947, o filósofo e sociólogo romeno-francês defende o materialismo histórico tentando desfazer equívocos comuns divulgados pelos críticos desse método. Um dos principais deles é confundir a análise marxista que leva em conta a influência de fatores econômicos e sociais sobre a criação literária com um tipo de crítica que explica a obra em função da biografia do autor e do meio social em que ele viveu. Goldmann afirma que a literatura deve ser vista como a “expressão de uma visão de mundo”, mas que, longe de se prender apenas a uma análise material das condições de mundo em que a obra se insere, o materialismo dialético deve considerar a obra em seus diversos aspectos, não só em sua relação social mas também em sua lógica interna, no plano estético. Com isso, Goldmann rebate também o argumento daqueles que enxergam a crítica marxista como

essencialmente política e materialista, “fechada aos valores do espírito”. (*Id.*, p.109)

Seguindo uma linha semelhante, o artigo de Georg Lukács publicado no número 13 enfoca mais especificamente a polêmica entre arte engajada e arte livre. Intitulado “Arte livre ou arte dirigida?”, o texto foi originalmente publicado em setembro de 1948, e questiona a colocação do problema com base em duas concepções estéticas tão radicais e antagônicas: ou a arte é vista como “propaganda”, perdendo portanto seu valor propriamente artístico, ou como “alienada”, distante da realidade, “arte pela arte”, encerrada em torres de marfim. Mais uma vez, como no texto de Goldmann, trata-se da necessidade de conciliar liberdade artística e criadora com a inserção do autor e da obra no mundo material, social e econômico em que ele se insere e no qual repercute. É interessante destacar a charge de Jaguar publicada imediatamente após o fim do texto, que mostra um poeta sendo hipnotizado e manipulado, qual uma marionete, por um homem grande, gordo, de rosto grotesco (ver ANEXOS).

Já no número seguinte, porém, a RCB abre espaço para uma voz dissonante. Em “O estruturalismo é o ópio dos literatos”, Otto Maria Carpeaux questiona e critica esse método de análise literária, entendendo-o mais como ideário político. (RCB, n.14, pp.245-250) Mais uma vez, uma charge de jaguar fecha o texto. Intitulada “Estruturalismo”, mostra a ironia do cartunista dirigida a intelectuais que adotam esse método inclusive em suas criações poéticas (ver ANEXOS).

Os artigos sobre literatura na RCB, porém, eram bastante variados, e não se limitavam a discussões teóricas sobre abordagens e metodologias de crítica. Incluía algumas entrevistas e muitos ensaios sobre obras ou autores específicos: “Do sertão à pancada do mar”, de M. Cavalcanti Proença, em que se trata da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, a propósito do centenário de nascimento do autor; “Marinetti em São Paulo”, de Mario da Silva Brito, sobre a estética futurista e sua “antropofagização” pelo grupo modernista paulista; “James, um profeta sofisticado”, de Antônio Callado, em que o escritor brasileiro comenta brevemente a vida e a obra de Henry James; “O misticismo popular na obra de Dias Gomes”, de Anatol Rosenfeld, em que o crítico alemão radicado no Brasil analisa as peças *O pagador de promessas* e *A revolução dos beatos*; “A travessia de Cony”, de Paulo Francis, sobre o recém-lançado romance de Carlos Heitor Cony, e ainda muitos outros.

Vale comentar a interessante iniciativa de João Antônio ao realizar uma análise do novo romance urbano que começava a ganhar força na década de 1960, contando com a participação de expoentes do gênero. “Inquérito: o romance urbano” é publicado no número 7 da RCB, de maio de 1966. Após uma introdução em que analisa a herança da geração de 30 e sua consolidação do romance regionalista nordestino, João Antônio – ele próprio já um autor de destaque com *Malagueta, perus e bacanaço*, publicado em 1963 pela Civilização Brasileira – reproduz as respostas de seis novos escritores a uma série de dezoito perguntas sobre o processo de criação literária, as características do romance brasileiro e do romance urbano em particular, a profissionalização do escritor, a relação entre autor e editor e o mercado de literatura no Brasil. Os “depoentes” desse inquérito são: Carlos Heitor Cony, Sylvan Paezzo, João Martins, Esdras do Nascimento, Thereza Cristina e José Agrippino de Paula. Embora nem todos tenham seguido carreiras proeminentes na literatura nacional, tinham em comum o fato de estarem se destacando na produção literária do período. E mais, como diz João Antônio ao apresentá-los: “congregam uma só tônica grata ao romance brasileiro – a principal preocupação é o homem na cidade grande, a fixação de seus desvãos e seus múltiplos matizes”. (RCB, n.7, p.194)

Percebe-se portanto, nos artigos sobre literatura na RCB, uma grande variedade de temas e abordagens, de obras e de autores analisados, bem como de colaboradores responsáveis pelos textos – brasileiros e estrangeiros, críticos já estabelecidos e reconhecidos ao lado de novos escritores e intelectuais. Ou seja, nesse espaço continuava vigente a opção por diversidade e abertura expressa nos princípios norteadores da *Revista*. De modo geral, nesses artigos, a prosa ficcional ganha mais espaço do que a poesia ou a prosa ensaística, mas isso é de certa forma compensado pela publicação de poemas e a abordagem de obras políticas, econômicas e sociológicas na seção “Notas de leitura”, como se verá a seguir.

5.4.

Poesia

Com apenas uma exceção – o número 16, de novembro-dezembro de 1967 – todos os números da *Revista Civilização Brasileira* trouxeram ao menos um

poema publicado em suas páginas. Alguns poetas eram assim apresentados ao público pela primeira vez. Outros, mais ou menos conhecidos, contribuíam com obras inéditas ou mesmo já publicadas anteriormente. Geir Campos, Ferreira Gullar, Thiago de Mello, José Carlos Capinam, Moacyr Felix, o argentino Mario Trejo, o uruguaio Mario Benedetti, Fernando Py, José Godoy Garcia e muitos outros mostraram ali suas criações poéticas.

Um traço comum a quase todos os poemas era a flagrante opção pela estética engajada, sendo dedicados a temas políticos e sociais. No primeiro número, o poeta Moacyr Felix, integrante do Conselho de Redação e o principal responsável pela seleção de poemas, publica o seu “Recado ao poeta e seus problemas”, em que se dirige a Carlos Drummond de Andrade e confessa: “muitas vezes afastei daqui o construtor de versos/ e artesão de domingos ociosos, o marceneiro de esquifes/ onde a palavra só cabe transformada em coisa/ desligada/do antiqüíssimo sangue da vida em que se anima”. (RCB, n.1, p.178) Fica a evidente opção pela poesia como reflexo da vida, mais do que como arte de lapidar palavras; o conteúdo social tem primazia sobre a técnica.

É essa a tônica geral da maioria dos outros poemas. Como “Aos que vão nascer”, de Bertolt Brecht, em tradução de Geir Campos: “Realmente, eu vivo num tempo sombrio./ A inocente palavra é um despropósito. Uma fronte sem ruga/ demonstra insensibilidade. Quem está rindo/ é porque não recebeu ainda/ a notícia terrível.” (RCB, n.2, p.170) No mesmo número, quatro poemas de Ferreira Gullar são reproduzidos: “O açúcar” (“Em usinas escuras,/ homens de vida amarga/ e dura,/ produziram este açúcar/ branco e puro/ com que adoço meu café esta manhã em Ipanema”), “Maio 1964” (Mas quantos amigos presos!/ quantos em cárceres escuros/ onde a tarde fede a urina e terror”), “Agosto 1964” (“Digo adeus à ilusão,/ mas não ao mundo. Mas não à vida,/ meu reduto e meu reino”) e “Dois e dois, quatro” (“Como dois e dois são quatro/ sei que ávida vale a pena/ embora o pão seja caro/ e a liberdade, pequena”). Em todos, a mesma opção fica patente.

Presos às circunstâncias que os cercam, os poetas são como que impelidos a adotar uma linguagem de denúncia, de solidariedade, de luta. Bastam alguns títulos para comprová-lo: “Estrela de esmeralda e rebeldia para o companheiro Joel Rufino dos Santos”, de Thiago de Mello (aqui reproduzido nos ANEXOS); “Colóquio dos violentos”, de Joaquim Cardozo; “1964”, de Renata Pallotini; “A

pedra não é a estrada, e a estrada não é a fome”, de Oswaldino Marques... Há, inclusive, poemas agrupados sob temas comuns, como em “Cinco poemas que falam do Vietnam”, reunindo escritos de Barbara Beidler, Moniz Bandeira, Eliseu Maia, Isnard M. Vieira e Moacyr Felix.

Este é também o responsável pelo texto de apresentação de outra sequência de depoimentos, semelhante à que realizará depois João Antônio em relação ao romance urbano. Aqui, sob o título “Poetas falam de poesia”, Olga Werneck faz uma série de perguntas a respeito do conceito e do papel da poesia, do acesso que o povo tem a esse tipo de produção literária, da poesia oral, da inspiração e da relação forma-conteúdo (ver a lista completa em ANEXOS). A pesquisa foi apresentada nos números 2, 3 e 4, e dentre os escritores que responderam ao questionário estão Aníbal Machado (falecido pouco tempo depois), Joaquim Cardozo, Vinicius de Moraes, Geir Campos, Affonso Romano de Sant’Anna, Ferreira Gullar e Moacyr Felix.

Na introdução à seção, afirma Felix: “Atravessamos um período em que a fundamental necessidade de indagar-se emergiu para o primeiro plano da vida brasileira”. (RCB, n.2, p.173) Os poetas, “que exercem diariamente o difícil ofício de moer seu coração entre as palavras”, têm o dever de indagar-se sobre si mesmos e sobre sua atividade a fim de saber se contribuem ou não, e de que modo, para a “consciência coletiva ou o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias do grupo social de que fazem parte (...)”. (*Id., ibid.*) Assim, valorizando o engajamento como forma de expressão da liberdade (segundo Felix, o engajamento é “situação necessária e prévia para a inteireza de quaisquer dos atos que o homem realiza dentro de sua essencial condicionalidade histórica, incluindo, e sobretudo, os atos de conhecimento”), a seção idealizada e concretizada por Olga Werneck reúne os depoimentos de “alguns autorizados nomes de gerações e de situações diferentes”. (*Id.*, p.175) As respostas publicadas formam um panorama da poesia brasileira daqueles anos, mostrando como a pensavam e a encaravam seus próprios criadores. Constituem, portanto, um relevante documento histórico-literário e uma valiosa fonte para os estudantes e todos os interessados em literatura.

5.5.

Notas de leitura

No número 7, de maio de 1966, aparece pela primeira vez a seção “Notas de leitura”. A partir daí ela será freqüente, quase sempre ao final do volume. Como o nome indica, reúne observações críticas a respeito de obras literárias, abordando os mais diferentes gêneros, autores e temas. Essas curtas resenhas são assinadas por personalidades do meio cultural, como Roberto Pontual, Otto Maria Carpeaux, Esdras do Nascimento, Leandro Konder, Thereza Cesário Alvim, Antônio Callado, Ferreira Gullar, Edison Carneiro, Luiz Carlos Maciel, Luiz Costa Lima, João Antônio e muitos outros. Tratando tanto dos lançamentos recentes quanto de obras mais antigas ou mesmo inéditas no Brasil, a seção adota um caráter mais opinativo do que propriamente informativo, e, de certa forma, complementa o trabalho de Nelson Werneck Sodré em seus comentários às novidades do mercado editorial brasileiro.

Como são muitas as resenhas (cerca de 130 no total), será inviável fazer aqui uma análise pormenorizada delas. A menção de apenas alguns títulos, porém, já dará uma idéia da diversidade abarcada: *Numa terra estranha*, romance do norte-americano James Baldwin publicado pela editora Globo, é analisado por Esdras do Nascimento; *A arte de ser mulher*, uma coletânea de artigos publicados na revista *Cláudia* pela psicóloga Carmem da Silva, é analisado por Thereza Cesário Alvim; *O teatro épico*, de Anatol Rosenfeld, ganha uma análise de Dias Gomes; *Dialettica del concreto*, uma abordagem da filosofia marxista pelo crítico e filósofo tcheco Karel Kosic, é lido na tradução italiana por Leandro Konder; *A necessidade da arte*, livro de Ernst Fischer publicado pela Zahar Editores, é resenhado por Ferreira Gullar; por fim, *História da minha vida*, a autobiografia de Charles Chaplin publicada pela José Olympio, é apresentada sob a crítica de Paulo Francis. E isso é apenas uma seleção dentre as resenhas publicadas no número 7.

Vale ressaltar apenas um dos livros citados acima foi publicado pela editora Civilização Brasileira, embora outros dois títulos resenhados mas não incluídos na lista também o fossem. Isso de certa forma aponta uma tendência que se confirmará nos números seguintes: há uma certa preponderância de livros da Civilização Brasileira resenhados na seção, mas isso não impede de modo alguma a inclusão de obras lançadas por outras, e variadas, editoras.

Dentre os livros de poesia comentados, destacam-se *A luta corporal e outros poemas*, de Ferreira Gullar, e *A educação pela pedra*, de João Cabral de Melo Neto, ambos analisados por Roberto Pontual; *A canção do amor armado*, de Thiago de Mello, e *Um poeta na cidade e no tempo*, de Moacyr Felix, analisados por Otto Maria Carpeaux (sobressai, na segunda dessas resenhas, a frase: “O problema não é saber quando a grande poesia é engajada, mas quando a poesia engajada é grande.” – RCB, n.9-10, p.346); *Poemário da Silva Brito*, uma coletânea de poemas de Mário da Silva Brito publicada pela Civilização Brasileira, comentada por Ferreira Gullar (e aqui cabe um parêntese: embora elogie a obra do poeta, Gullar critica a edição em determinados pontos, questionando a seleção feita e lamentando a falta de informação a respeito da data dos poemas, por exemplo; isso mostra que, mesmo publicada por essa editora, a RCB consistia num espaço de livre expressão crítica) e *Quatro quartetos*, de T.S. Eliot, analisado por Octávio Mora.

Com uma lista resumida dos livros de ficção resenhados, fica evidente a grande força da produção do período: *Os ratos*, de Dionélio Machado, na análise de Esdras do Nascimento; *Pensão Riso da noite*, de José Conde, analisado por Fausto Cunha; *A hora dos ruminantes*, de José J. Veiga, na leitura de Salim Miguel; *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado, novamente por Esdras do Nascimento; *Tutaméia*, de Guimarães Rosa, por Roberto Pontual; *64 D.C.*, uma coletânea de contos de Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves, Marques Rebelo e Sérgio Porto, por Luiz Fernando Cardoso, e *O enterro da caftina*, de Marcos Rey, por João Antônio são alguns exemplos das novidades em terreno nacional.

Dentre os estrangeiros, o já mencionado James Baldwin foi acompanhado por escritores como Herman Hesse e Jean-Paul Sartre. Mas era mesmo na área de não-ficção que a presença de autores internacionais se fazia mais forte, especialmente de intelectuais de várias correntes de esquerda: Lucien Goldmann, Reuben Osborn, Antonio Gramsci, Roger Garaudy, Georg Lukács, Louis Althusser e Henri Lefebvre são alguns dos que tiveram obras comentadas.

A não-ficção nacional também mereceu enorme destaque, com obras nas áreas de sociologia, história, economia, política e artes (especialmente cinema e teatro). Celso Furtado, Luiz Carlos Maciel, Luiz Costa Lima, Cândido Mendes, Fernando Gasparian, José Honório Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, Osny

Duarte Pereira e Hélios Silva são alguns dos nomes que se misturam aos já citados Leandro Konder, Roberto Pontual e Otto Maria Carpeaux como autores de resenhas e também de obras resenhadas.

O simples elencar desses intelectuais, se não é suficiente para dar conta da riqueza de suas obras e de seu pensamento, já é o bastante para comprovar a importância da *Revista Civilização Brasileira* no plano intelectual brasileiro. No período imediatamente posterior ao golpe, a reunião de pensadores desse quilate e a exposição de suas idéias era uma forma de contestar o regime de força instalado, de defender a livre manifestação de idéias e de insistir em um projeto político-social que passava necessariamente pela conscientização do povo a respeito dos problemas enfrentados pelo país e das características da inserção deste no contexto internacional.

A diversidade de idéias, obras, temas, gêneros e autores presentes nas páginas dedicadas à literatura na RCB e a liberdade de expressão sempre comprovada nos textos publicados reforçam o caráter aberto e democrático da *Revista*, em perfeita consonância com os princípios e propósitos explicitados em seus editoriais.